Reuniões da UNFCCC em Bonn e Dia Mundial do Ambiente trazem a saúde em primeiro plano em junho de 2026

Las reuniones de la CMNUCC en Bonn y el Día Mundial del Medio Ambiente pondrán la salud en primer plano en junio de 2026

UNFCCC meetings in Bonn and World Environment Day will put health front and center in June 2026

Luiz Augusto Galvão e Danielly Magalhães

Resumo. Este artigo analisa o relatório Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions (GCHA/HCWH), a confirmação oficial de um novo evento El Niño (80% de probabilidade de intensificação entre junho e agosto de 2026), com consequências documentadas sobre doenças vetoriais, cólera e mortalidade por calor e as reuniões de Bonn. A conclusão geral é que saúde humana e saúde planetária são inseparáveis, e que qualquer transição energética que ignore os determinantes de saúde é, por definição, injusta. Conclui-se que a construção de coalizões entre a agenda da saúde e a diplomacia climática representa uma estratégia política mais duradoura e legítima do que abordagens puramente técnicas ou geopolíticas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; El Niño; saúde global; transição justa; biodiversidade; COP31; SB64; soluções baseadas na natureza.

Resumen. *Este artículo analiza el informe Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions (GCHA/HCWH), la confirmación oficial de un nuevo evento de El Niño (80% de probabilidad de intensificación entre junio y agosto de 2026), con consecuencias documentadas sobre enfermedades transmitidas por vectores, cólera y mortalidad por calor y las reuniones de Bonn. La conclusión general es que la salud humana y la salud planetaria son inseparables, y que cualquier transición energética que ignore los determinantes de la salud es, por definición, injusta. Se concluye que construir coaliciones entre la agenda sanitaria y la diplomacia climática representa una estrategia política más duradera y legítima que los enfoques puramente técnicos o geopolíticos. Palabras clave: cambio climático; El Niño; salud global; simplemente transición; biodiversidad; COP31; SB64; soluciones basadas en la naturaleza.*

Palabras clave: *Cambio climático; El Niño; salud global; transición justa; biodiversidad; COP31; SB64; soluciones basadas en la naturaleza.*

Abstract. *This article analyzes the Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions (GCHA/HCWH) report, the official confirmation of a new El Niño event (80% probability of intensification between June and August 2026), with documented consequences on vector-borne diseases, cholera, and heat mortality, the June Bonn meetings. The overall conclusion is that human health and planetary health are inseparable, and that any energy transition that ignores the determinants of health is, by definition, unjust. It is concluded that building coalitions between the health agenda and climate diplomacy represents a more lasting and legitimate political strategy than purely technical or geopolitical approaches.*

Keywords: *Climate change; El Niño; global health; just transition; biodiversity; COP31; SB64; nature-based solutions.*

Introdução

Junho de 2026 apresenta uma sobreposição de eventos que, individualmente, já constituiriam motivo de preocupação científica e política, mas que em conjunto compõem um quadro de urgência sistêmica. A confirmação oficial de um novo evento El Niño pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente sob o peso de recordes históricos de temperatura e o início das negociações climáticas intermediárias da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em Bonn — as chamadas SB64 — convergem para um mesmo horizonte analítico: a indissociabilidade entre saúde humana, saúde planetária e equidade social.

A este cenário soma-se a publicação do relatório Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions, produzido pela Global Climate and Health Alliance (GCHA) e pela Health Care Without Harm (HCWH), que propõe uma reconfiguração conceitual decisiva: a saúde não deve ser tratada como externalidade da política climática, mas como uma de suas dimensões constitutivas. Transições energéticas que ignoram os determinantes de saúde das populações são, por definição, injustas.

AQUECIMENTO ACELERADO E O RETORNO DO EL NIÑO

Recordes Climáticos e Declarações da ONU

Em 5 de junho de 2026, por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, declarou que os onze anos precedentes haviam sido os onze mais quentes já registrados em toda a série histórica instrumental. A afirmação confirma a trajetória documentada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em seu Sexto Relatório de Avaliação (AR6): o planeta encontra-se em rota de ultrapassagem temporária do limite de 1,5 °C estabelecido pelo Acordo de Paris.

O que antes era cenário prospectivo para décadas futuras passou a ser avaliação do presente imediato. Poluição do ar, degradação de ecossistemas e colapso de biodiversidade foram listados pelo Secretário-Geral como consequências diretas e mensuráveis, com impactos sobre a saúde, habitação e segurança alimentar de populações em escala global.

Mecanismos do El Niño 2026

Em 2 de junho, a OMM confirmou oficialmente o início de um novo evento El Niño. A probabilidade de intensificação entre junho e agosto foi estimada em 80%, e a de persistência até o final do ano, em 90%. O fenômeno caracteriza-se pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico equatorial, alterando padrões globais de precipitação e temperatura por meio de tele-conexões atmosféricas de amplo alcance.

Os efeitos regionais projetados incluem: aumento da frequência de secas na Austrália, Indonésia e partes do sul da Ásia; intensificação de chuvas e enchentes no sul da América do Sul, no Chifre da África e na Ásia Central; e elevação do risco de ondas de calor em praticamente todo o hemisfério norte. A Secretária-Geral da OMM, Celeste Saulo, alertou que a pegada do El

Niño impacta agricultura, energia, comércio, recursos hídricos e meios de subsistência em regiões inteiras.

No contexto sul-americano, estimativas indicam que a formação de um evento de magnitude elevada na segunda metade de 2026 tenderia a intensificar secas no Norte e Nordeste brasileiros, ondas de calor no Centro-Oeste e chuvas extremas no Sul, regiões que, segundo diagnósticos recentes, ainda apresentam capacidade limitada de planejamento adaptativo.

Impactos sobre Doenças Vetoriais, Cólera e Calor Extremo

A literatura epidemiológica documenta de forma robusta a associação entre eventos El Niño e o aumento da incidência de doenças transmitidas por vetores. A dengue é particularmente sensível: a combinação de temperaturas mais altas e chuvas irregulares cria condições ideais para a proliferação do Aedes aegypti. O evento El Niño de 2023–2024 — classificado entre os cinco mais intensos já registrados — coincidiu com o maior surto de dengue da história, registrando 6,5 milhões de casos em 2023 e 13 milhões em 2024.

A malária apresenta dinâmica similar, embora mediada por mecanismos distintos conforme o contexto climático local. Em regiões áridas, chuvas intensas episódicas criam criadouros para vetores anofelinos; em regiões úmidas, secas prolongadas concentram cursos d'água em lagoas estagnadas com condições favoráveis à reprodução. No sul da África, episódios epidêmicos de malária têm sido recorrentemente associados a anomalias pluviométricas em períodos de El Niño.

O cólera completa o quadro de risco: enchentes contaminam mananciais e sistemas de abastecimento de água potável, como observado no leste da África durante o evento de 2023–2024. Episódios de calor extremo elevam diretamente a mortalidade por estresse térmico e agravam comorbidades cardiovasculares, respiratórias e renais. A Gavi — Aliança Global de Vacinas e Imunização — alertou que o evento de 2026 tem potencial de desencadear surtos em escala ampliada, instando à substituição da abordagem reativa por ação preventiva sistematizada.

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE 2026 E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

Tema, Sede e Contexto

O Dia Mundial do Meio Ambiente de 2026 foi realizado em 5 de junho, com sede oficial em Baku, Azerbaijão, sob o tema Inspirado pela Natureza, pelo Clima e pelo Nosso Futuro, e lançou um chamado à ação #NowForClimate. A escolha do tema reflete o crescente consenso científico de que a natureza não é apenas vítima da crise climática, mas parte essencial de sua solução. De acordo com relatórios do IPCC e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), as soluções baseadas na natureza (SbN) podem fornecer até 37% do potencial de mitigação necessário para cumprir as metas do Acordo de Paris até 2030.

As SbN englobam um espectro amplo de intervenções: proteção de florestas tropicais, restauração de manguezais costeiros, recuperação de áreas úmidas e adoção de sistemas agroflorestais sustentáveis. Trata-se de intervenções que simultaneamente sequestram carbono, protegem ecossistemas e produzem co-benefícios diretos para a saúde humana —

regulação do clima local, redução de inundações, melhoria da qualidade da água e redução do risco de zoonoses.

Tecnologias Limpas e Pontos de Inflexão

Três dias antes das comemorações, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicou o relatório Cheaper. Cleaner. Unstoppable., argumentando que energia solar, mobilidade elétrica e sistemas de resfriamento sustentável atingiram pontos de virada nos quais a adoção se acelera à medida que os custos caem e o suporte público cresce. O documento denomina esses momentos pontos de inflexão positivos — transições que, uma vez iniciadas, tendem a ser autorreforçantes e de difícil reversão.

Em paralelo, mais de 50 cidades — incluindo Lagos, Melbourne, Paris, Mendoza e Yangzhou — aderiram à campanha 50@50 do PNUMA para enfrentar o risco de calor urbano extremo, compartilhando estratégias testadas de adaptação e resfriamento. A conjunção desses dados sugere que a transição energética, embora desigual em sua distribuição geográfica, apresenta sinais crescentes de irreversibilidade estrutural.

NEGOCIAÇÕES CLIMÁTICAS DA ONU EM BONN — SB64

Estrutura e Contexto Institucional

Em 8 de junho de 2026, iniciaram-se em Bonn, Alemanha, as negociações climáticas intermediárias da UNFCCC, formalmente denominadas 64ª Sessão dos Órgãos Subsidiários (SB64), com extensão prevista até 18 de junho. As sessões envolvem dois corpos técnicos centrais: o Órgão Subsidiário para Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA) e o Órgão Subsidiário de Implementação (SBI). A SB64 constitui o único fórum oficial de negociação entre a COP30, realizada em Belém (Brasil) em novembro de 2025, e a COP31, prevista para Antalya (Turquia) em novembro de 2026.

O contexto político é de alta pressão. Os governos navegam por pressões simultâneas e frequentemente contraditórias: acelerar a transição para energia limpa, garantir acesso a energia confiável e acessível, proteger indústrias domésticas de impactos competitivos e responder a impactos climáticos crescentes — tudo em cenário de volatilidade econômica e crise energética global. A presença do El Niño emergente e de ondas de calor mortais na Europa, Índia e Oriente Médio adiciona urgência política às negociações técnicas.

Saúde na Agenda da UNFCCC

A interseção entre clima e saúde ganhou proeminência particular na SB64. O presidente do Grupo Africano de Negociadores sobre Mudanças Climáticas (AGN), Nana Dr. Antwi-Boasiako Amoah, afirmou, em Workshop de Capacitação realizado às margens das sessões, que a saúde é a face humana da crise climática — e que, se as negociações têm como objetivo proteger pessoas, a saúde deve ocupar papel central, não periférico.

No campo do financiamento, a GCHA instou os governos a triplicar o financiamento público para adaptação climática, atingindo ao menos 120 bilhões de dólares por ano até 2035, alertando que a meta de 40 bilhões estabelecida na COP26 em Glasgow está gravemente aquém das necessidades reais. O Plano de Ação de Belém para a Saúde (BHAP), lançado na COP30, representa o instrumento operacional mais recente para a integração de saúde e clima, com mais de 30 governos nacionais e 55 atores não estatais comprometidos com sua implementação.

Na Europa, o relatório mais recente do Lancet Countdown identificou Portugal e Espanha entre os países mais vulneráveis ao calor extremo no continente, recomendando a criação de mecanismos de financiamento dedicados à adaptação climática no setor da saúde, com dotação plurianual e metas quantificáveis de redução da mortalidade atribuível ao calor.

Temas Técnicos e Políticos em Disputa

A agenda formal da SB64 abrange: adaptação climática e operacionalização dos 59 Indicadores de Adaptação de Belém; interação entre comércio e política climática; sistemas alimentares e segurança alimentar; caminhos para a transição dos combustíveis fósseis; implementação do Mecanismo de Transição Justa acordado na COP30; e maior coordenação entre as convenções de clima, biodiversidade e degradação do solo.

Um ponto particularmente sensível é o Programa de Trabalho de Mitigação (MWP) — atualmente o único item formal da agenda especificamente dedicado à ambição de mitigação —, previsto para se encerrar em 2026, com possibilidade de extensão a ser negociada em Bonn. Dado o histórico de posições divergentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, as negociações sobre este ponto prometem ser especialmente tensas.

No campo de gênero e equidade, o novo Plano de Ação de Gênero — com 27 atividades e 98 resultados previstos — tem início formal na SB64, com eventos obrigatórios voltados a uma ação climática responsiva às questões de gênero. Os Campeões de Alto Nível do Clima apresentarão progresso nos seis eixos da Agenda de Ação Climática Global e lançarão o Programa de Trabalho 2026 da Parceria de Marrakech, em preparação para Antalya.

ANÁLISE DO ARTIGO: MULTILATERAL PATHWAYS TO JUST AND HEALTHY TRANSITIONS

Saúde como Pilar da Transição Justa

Publicado em junho de 2026 pela GCHA e pela HCWH, o relatório Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions — de autoria de Nanny Santana Leal de Figueiredo (Ministério da Saúde do Brasil) — parte de uma premissa central: a crise climática é, antes de tudo, uma crise de saúde pública. Apoiando-se em dados do IPCC, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Lancet Countdown, os autores documentam os impactos crescentes das mudanças climáticas sobre mortalidade por calor, segurança alimentar, doenças infecciosas e saúde mental.

Os dados econômicos apresentados são expressivos: os custos dos danos à saúde causados pela poluição por material particulado fino (PM2.5) — proveniente em grande parte da queima de combustíveis fósseis — atingiram US$ 8,1 trilhões em 2019, equivalentes a 6,1% do PIB global. Adicionalmente, mais de 2,4 bilhões de trabalhadores estão expostos a calor excessivo, com perdas potenciais de renda estimadas em US$ 1,09 trilhão apenas em 2024.

A partir desse diagnóstico, o relatório propõe uma virada conceitual: proteger a saúde não é apenas um objetivo humanitário — é, simultaneamente, um argumento econômico e político poderoso para acelerar o abandono dos combustíveis fósseis. Integrar saúde à política

climática significa ampliar sua base de legitimidade e sua ressonância junto a populações que experimentam os impactos de forma direta e imediata.

Expansão Conceitual da Transição Justa

O documento rastreia a evolução do conceito de transição justa desde suas origens nos movimentos trabalhistas norte-americanos do final do século XX até uma formulação mais ampla, que hoje abrange povos indígenas, comunidades vulneráveis, equidade intergeracional e direito ao desenvolvimento. Essa expansão, progressivamente incorporada ao Programa de Trabalho sobre Transição Justa da UNFCCC, é apresentada como conquista política de relevância estrutural para as negociações climáticas.

O relatório distingue entre just transition no singular — referindo-se ao processo institucional da UNFCCC — e just transitions no plural, reconhecendo que os caminhos variam substantivamente conforme contextos nacionais. A diversidade de trajetórias é ilustrada pelos casos de Albânia, Butão, Costa Rica, Nepal e Etiópia, países que já atingiram 100% de geração elétrica a partir de fontes renováveis por rotas distintas — demonstrando a inexistência de modelo único replicável.

Essa nuance é fundamental. Com 750 milhões de pessoas ainda sem acesso à eletricidade, os países de renda baixa e média enfrentam o risco de replicar modelos extrativistas em contexto de baixo carbono, caso salvaguardas adequadas não sejam estabelecidas. A transição justa, nesse sentido, exige não apenas substituição de fontes energéticas, mas transformação das relações de poder que estruturam os sistemas energéticos.

Riscos Ocultos da Transição Verde

Um dos aspectos analiticamente mais relevantes do relatório é o reconhecimento de que a transição energética, por si só, não garante justiça ou saúde. Os autores identificam riscos sistêmicos associados às chamadas transition minerals — níquel, cobre, lítio, cobalto, bauxita e terras raras —, cujas cadeias de extração já documentam violações de direitos humanos, degradação ambiental e impactos sobre comunidades locais.

O caso da expansão da energia eólica no Nordeste do Brasil é citado como exemplo emblemático: sem planejamento inclusivo e processos de consentimento livre, prévio e informado (CLPI), projetos de energia renovável em larga escala podem reproduzir lógicas de deslocamento e exclusão características do modelo fóssil. A crítica implica que transição justa não é sinônimo de transição verde — é necessário garantir que os custos e benefícios da nova economia energética não reproduzam as assimetrias do modelo anterior.

Espaços Multilaterais e Financiamento

O relatório mapeia três espaços institucionais centrais para a integração entre saúde e transição justa. O Programa de Trabalho sobre Transição Justa da UNFCCC incorporou na COP30 linguagem explícita sobre o direito à saúde e o reconhecimento dos co-benefícios do acesso a tecnologias limpas para a saúde, igualdade de gênero e meios de vida. O Plano de Ação de Belém para a Saúde (BHAP) representa o instrumento operacional mais recente, com comprometimentos de mais de 30 governos e 55 atores não estatais.

O financiamento é tratado como condição necessária e não suficiente: o relatório analisa a reforma dos subsídios a combustíveis fósseis — US$ 1,3 trilhão em subsídios diretos apenas em 2022 — e as Parcerias de Transição Energética Justa (JETPs) como mecanismos

potencialmente transformadores. A comparação reveladora: a cobertura universal de saúde em 67 países de baixa e média renda poderia ser financiada com valor inferior ao total dos subsídios explícitos aos combustíveis fósseis.

O relatório dedica análise específica à presença crescente da indústria de combustíveis fósseis nas negociações da UNFCCC: 2.400 representantes credenciados na COP28, 1.700 na COP29 e 1.600 na COP30 — proporção equivalente a um em cada 25 delegados representando interesses do setor fóssil. O paralelo com a Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco (FCTC) da OMS é analiticamente relevante: enquanto aquele tratado estabelece salvaguardas explícitas contra a interferência da indústria no processo regulatório, nenhuma proteção equivalente existe no regime climático.

Os autores reconhecem que a analogia não é perfeita — a indústria do tabaco não tem papel na transição para modos de vida saudáveis, ao contrário de segmentos da indústria energética —, mas sustentam que as lições da governança da saúde pública poderiam fortalecer a integridade das negociações climáticas. O argumento é politicamente sensível, mas empiricamente fundamentado.

Considerações finais

A conjuntura de junho de 2026 expõe, com clareza incomum, a natureza sistêmica da crise climática. O aquecimento acelerado já está redesenhando o mapa epidemiológico global, forçando adaptações nos sistemas de saúde e exigindo uma diplomacia climática capaz de traduzir ambição em resultados concretos. A confirmação do El Niño, o Dia Mundial do Meio Ambiente e o início das negociações em Bonn não são eventos independentes: são manifestações convergentes de uma mesma crise estrutural.

A integração entre saúde, equidade e transição energética — progressivamente incorporada às negociações da UNFCCC e sistematizada no relatório Multilateral Pathways — representa não apenas uma evolução conceitual, mas uma estratégia política de legitimação da ação climática. Quando o debate sobre clima se ancora em direitos humanos e saúde pública, ele adquire uma dimensão moral que transcende disputas geopolíticas e pressões de interesses setoriais consolidados.

As decisões que serão tomadas de Bonn a Antalya — sobre financiamento, mitigação, adaptação, transição justa e saúde — terão consequências diretas sobre a vida de bilhões de pessoas, especialmente as mais vulneráveis. A análise sugere que o caminho mais promissor não é o de escolher entre agenda climática e agenda de saúde, mas o de reconhecer que elas são, fundamentalmente, a mesma agenda.

Referências

[1] Karliner J, Beagley J, Figueiredo NSNL. Multilateral Pathways to Just and Healthy Transitions. Global Climate and Health Alliance & Health Care Without Harm; junho de 2026. Disponível em: https://climateandhealthalliance.org/resources/multilateral-pathways-report-2026

[2] PNUMA/OMM. Planeta em Alerta: Saúde Global e Meio Ambiente nas Últimas Duas Semanas. Boletim de junho de 2026. Disponível em: https://www.unep.org/news-and-stories/planeta-em-alerta-junho2026

[3] UNFCCC. Reuniões do Clima da ONU em Bonn — SB64. Relatório institucional, 8–18 de junho de 2026. Disponível em: https://unfccc.int/sb64

[4] IPCC. Sixth Assessment Report (AR6) — Working Group II: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge University Press; 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/

[5] Organização Meteorológica Mundial (OMM). WMO confirms onset of El Niño conditions. Comunicado de imprensa, 2 jun. 2026. Disponível em: https://wmo.int/media/news/wmo-confirms-onset-of-el-nino-conditions

[6] Anyamba A et al. Climate teleconnections and recent patterns of human and animal disease outbreaks. PLOS Neglected Tropical Diseases. 2019;13(1):e0007188. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0007188

[7] IUCN. Nature-based Solutions for climate change mitigation. Gland: IUCN; 2021. Disponível em: https://www.iucn.org/our-work/nature-based-solutions

[8] PNUMA. Cheaper. Cleaner. Unstoppable. — Technology tipping points for climate action. Nairobi: UNEP; 2 jun. 2026. Disponível em: https://www.unep.org/resources/report/cheaper-cleaner-unstoppable

[9] Lancet Countdown. Tracking Progress on Health and Climate Change — 2026 Report. Londres: The Lancet; 2026. Disponível em: https://www.lancetcountdown.org/2026-report/

[10] Nações Unidas. Declaração do Secretário-Geral António Guterres — Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 jun. 2026. Disponível em: https://www.un.org/en/observances/environment-day

[11] Gavi — The Vaccine Alliance. El Niño and Infectious Disease Outbreaks: 2026 Risk Assessment. Disponível em: https://www.gavi.org/news/media-room/el-nino

[12] OMS. Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). Genebra: WHO; 2003. Disponível em: https://www.who.int/fctc/text_download/en/

[13] UNFCCC. Plano de Ação de Belém para a Saúde (Belem Health Action Plan — BHAP), COP30, nov. 2025. Disponível em: https://unfccc.int/belem-health-action-plan

[14] UNFCCC. Acordo de Paris — Texto completo. Paris: UNFCCC; 2015. Disponível em: https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement